

**Congreso Iberoamericano de Educación**

**METAS 2021**

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos  
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

**EDUCACIÓN PARA LA CIUDADANÍA**  
**O DISCURSO DA SOLIDÃO NA INFÂNCIA VITIMIZADA**  
**PELA VIOLÊNCIA**

Lucileide Malaguth Colares<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais. FAE/CBH/ UEMG. [www.uemg.br](http://www.uemg.br). [leidemn@yahoo.com.br](mailto:leidemn@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO.

Esta apresentação é resultado de minha pesquisa no grupo CONTRA – Violência na Infância (Conhecimento, Trabalho e Violência na Infância), onde sou coordenadora do mesmo. Este grupo pertence ao Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educacionais da Faculdade de Educação, campus Belo Horizonte da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/ CBH/UEMG), Brasil com o principal intuito de analisar o discurso da infância vitimizada pela violência antes e depois do envolvimento desta pela rede social entorno da mesma, considerando também aí, o trabalho infantil como uma das formas de violência e violação de direitos.

A referida pesquisa iniciou suas atividades através do desejo do grupo de responder a questionamentos que permeiam o tema “violência na infância” no seu cotidiano. Este desejo foi gerado logo após o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado cujo objeto foi a relação de cooperação e conflito entre os atores de proteção da infância vitimizada pela violência doméstica.

As concepções sobre violência dos autores clássicos e os contemporâneos alicerçaram as reflexões do grupo CONTRA, e logo após decidiu-se pelo caminho de uma violência que se forma silenciosa, evidente, no entanto, mas sem solução imediata perpetrada à luz do dia aos olhos da sociedade e das autoridades, porém impotente ao combate efetivo como neste relato que retrato agora:

Meu pai? Não conheci. Minha mãe foi embora de medo do meu padrasto. Me deixou aqui sozinha por que se não ela ia morrer. Ele brigou e disse que eu tinha que ficar. Ele é forte aqui, a comunidade tem medo dele e muita gente deve pra ele. A escola já viu meu pescoço marcado, mas ele fala que é meu “paizinho”. (trecho de relato de uma criança de onze anos, vítima visível de violência física e de provável abuso, 2009)

Impotente, mesmo que verbalizada, registrada, reconhecida, denunciada a fala desta menina é exposta, porém mesmo sob a proteção dos atores responsáveis pelos direitos da infância, esta criança ainda reside próximo ao agressor por não ter parentes ou para onde ir. A cidade de Sabará em que vive não tem ainda abrigo de proteção ou encaminhamento temporário, ela mora atualmente com a madrinha. O sujeito agressor é reconhecido pela comunidade como “poderoso” pelas situações a que se filia financeiramente, e sua punição movimentaria uma série de outras instâncias, inclusive questões policiais em que ele também está envolvido, o que dificulta a ação dos conselhos tutelares e afins. A menina impotente como sujeito indefeso se percebe só, se sente só, verbaliza sua solidão.

A solidão da descrença é aquela que se apresenta não apenas desnudada de afetos, mas também de esperança. ( Pais, 2006, pág: 356)

Já a solidão da indiferença é resultado da falta de significado que as suas vítimas sentem ter para “quem as rodeia” (Pais, 2006) e é este sentimento de solidão que verbalizado envolve as vidas destas crianças.

O quê? Eu sozinha? Não, não sou não, tem gente que mora comigo, que brinca comigo, eu moro com muita gente. Meu padrasto? Ele me mete medo. Eu vejo ele de longe e aí eu viro a cara. O povo do conselho, sei lá. Eles são bonzinhos. Vejo pouco. Minha madrinha tem muita coisa para fazer. ( O rosto antes sorrindo um meio sorriso, agora fica sério e os olhos vão se abaixando). Eu fico só eu. Não gosto de homem nenhum, nem sei para que existe. Eu, é, não posso falar de nada com ninguém por aqui, eu fico pensando muito nisso. A psicóloga conversa comigo, mas eu queria abraço para não ficar assim,( passa os braços ao redor dos ombros se acariciando como se na necessidade de um afago) entende? Sem nada, sem ninguém, sozinha. (trecho de relato de mesma criança de onze anos, vítima visível de violência física e de provável abuso, 2009)

Solitária então, pelo que vemos, se faz a vítima que não consegue traduzir em ato de defesa, mesmo que verbalizado sua impotência diante da violência sofrida.

## **2. A DISCUSSÃO.**

Esta pequena introdução vem fazer um elo entre a solidão verbalizada e ou percebida e a reflexão do mundo em que vivemos onde, as variações de poder disfarçados em direitos e deveres pelo humano, e para este, exerce ainda o papel de mola mestra nas inter-relações humanas sociais. Como isto se dá?

O individualismo anda á solta como um menino livre por entre as ruas, ao lado dele o isolamento gerando a solidão, dolorosa realidade vivenciada por aqueles que se estreitam por entre as grandes metrópoles e em suas periferias, onde, o mais variado nível de pessoas, dos mais extremados níveis de vida, de renda, e de condições de moradia são forçados a desempenhar os seus papéis no mesmo cenário (PUTY et al.,1982, p. 82) provocando crises de identidade e sistemas de poder não solucionáveis, sendo um deles, o problema da violência urbana que se faz presente corroendo os mecanismos que poderiam propiciar a consciência subjetiva do cidadão e declarando, a partir daí, a não participação do marginalizado no aparelho institucional.

O marginalizado vivencia o processo do preconceito e a discriminação. Refletindo sobre estes, preconceito e discriminação, penso que não partem somente do direito que se dá de ser, mas do direito que se dá de pertencer, pois a lógica de se dar o direito a e de, já demonstra aí, a hegemonia de um outro que se julga maior que eu por ter conquistado esta hegemonia na concepção de um belo imaginário, suave como anjos louros e um céu sem pecado.

O preconceito nada mais é do que, o medo daquilo que não se lhe assemelha ao modelo estabelecido e confortável, além da visão cristã e judaica como muitos ainda as pensam. O medo ainda deste não semelhante que preciso oprimir, reprimir para não ter que compartilhar, com viver ou viver com, pois nem sequer não me é semelhante, e nem mesmo humano merece ser.

Triste história, mas verídica, e que sempre nos dói, pois nos remete à clareza de estar tão perto de nós, a covardia do não entendimento à maravilhosa contaminação

do diferente em nós, tão bela quanto a união entre o In e o Yang ,da noite e o dia, do outro e do eu.

O poder, no entanto, não age sozinho, ele, como em uma orquestra, onde todos os instrumentos e instrumentistas harmonizados, e de comum acordo provocam sons uníssonos, geram a não individualização. Pertence a um grupo enquanto este grupo estiver unido, e ele, o poder, se manterá (Arendt, 1985). Lembrando a fala de Hanna para completar esta idéia, pode-se dizer que, alguém está no poder se houver o sentido de esta pessoa estar “investida” do poder que lhe foi dado por um grupo de pessoas para as representar. Se o local de onde originou este poder desaparece, o “seu poder” também se vai e ele perde a autoridade.

Para que a autoridade continue Arendt (1985, p.19), seja destruída é necessário o desprezo e para sua destruição total, a “chacota”. Foucault (1987) impecavelmente contribui quando manifesta que há necessidade de desvalorizar para desautorizar. E assim se percebem os atores da rede de proteção da infância: conselheiros, professores, atores da sociedade civil, muitas vezes imersos em ações fragmentadas por não saberem ainda movimentar as redes nelas inseridas .

E o poder na concepção de Foucault? O poder é como instrumento de “duas grandes descobertas” do século XVIII – progresso e gênese dos indivíduos agentes de novas técnicas desse mesmo poder e, segundo ele, “uma maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar e seriação, por síntese e totalização” (Foucault, 1987, p. 29).

O poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um grupo, classe ou do indivíduo sobre os outros (Foucault, 1987) está em toda parte, não é fragmentado entre aqueles que o têm e aqueles que são submetidos a ele. Adestrar é disciplinar, disciplinar é dominar, dominar é ter sobre o outro o poder. Sujeito disciplinado dentro de regras normalizantes não provoca ações que interfiram no poder vigente a não ser que, se retire das normas estabelecidas sabendo como contorná-las (Balandier, 1997), porém, o dominador domina por que sabe sobre e com o poder, segundo Foucault (1987). A infância enquadrada no seio social se vê normatizada pela disciplina e adestrada pelas concepções do adulto. Vivenciando os processos de violência doméstica tem na rede de proteção seu amparo, mas muitas vezes ainda falha por falta de uma série de infra-estruturas políticas que a torna fragilizada.

Fica, ainda, uma interrogação: no campo conceitual das duas palavras poder e saber, será que a divisibilidade não está na prática além do próprio discurso? Na visão de Foucault (1987), poder e saber são indissociáveis, e no entanto, “O não dito do poder não se inscreve nos buracos, mas nos relevos, nas saliências” (BALANDIER, 1997, p. 98); A linguagem do poder deve ser falada “reservadamente”. O mesmo autor sentencia, em sua obra “O Contorno” (1997, p. 101) que: a linguagem do poder seja economicamente utilizada enquanto linguagem, agindo assim, no inconsciente coletivo. Aí nos vemos diante do outro que estranho, toma, então, características de inimigo, este outro que se difere de mim e eu não preciso entendê-lo, posso ignorá-lo, e suas ações, quando se sustentam na esperança de emancipação, eu as descarto, e só passo a percebê-lo quando exerce ações produtivas de acordo com o meu querer e com a minha linguagem de dominação subjetiva.

Se neste processo de construção pós- moderna as relações pessoais estão diluídas, as exigências de lugar já não estão mais no vocabulário da vida moderna, e também nas relações de trabalho dentro das empresas modernas (Sennett, 2002). Elas já se colocam como estando em vários lugares do mundo, com um pequeno escritório aqui, uma fábrica acolá, etc. A falta de vínculo e continuidade dá o tom da incerteza e

da falta de afetividade, corroendo o caráter nas relações profissionais e chegando à instância das relações pessoais tornando a violência algo natural. A autoridade, na atualidade, se concentra também nas incertezas. De acordo com o autor

O poder exercido sem reivindicações de autoridade está muito distante da ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do trabalho".  
(*SENNETT, 2002, p.139*)

Santos (2006, p.125) propõe então: as sociedades capitalistas "são formações ou configurações políticas" que se constituem em quatro modos básicos de produção de poder que, a medida que se inter-relacionam, se articulam de maneiras bem específicas. Estes modos seriam geradores de quatro formas de poder estruturalmente autônomas: espaço doméstico, o da produção, da cidadania e por último o espaço mundial, constituindo assim, um bloco de relações sociais paradigmáticas. Estas relações se compõem de elementos tais como: a unidade da prática social, a forma institucional privilegiada, o mecanismo de poder, uma forma de direito e um modo de racionalidade. Assim, Sennett sugere a flexibilidade da rigidez estrutural podendo o indivíduo regressar ao seio social sem o fazer de forma individualista.

De acordo com Santos (2006, p.127), mesmo havendo uma possibilidade de regresso do indivíduo ao seio da sociedade, o sujeito, na relação consigo mesmo, refletindo sobre a subjetividade de seu papel no mundo e com o outro pode, neste tempo pós-moderno, estar inserido, sem ser do mundo no que tange ao aspecto de ser reproduzido da crença do descontínuo do vínculo no coletivo. Santos apud Gohn (2005, p. 51), afirma que "a lógica da convivência com as diferenças implica no reconhecimento do outro", porém este outro é o estranho e sobre este estranho tem que ser exercido o poder daqueles que o detêm hegemonicamente. Bauman (1999, p. 27) contribui também com esta idéia e nos remete à reflexão sobre o outro, o estranho, que se diferencia de nós e que é gerado por toda e qualquer sociedade, mas não o aceitamos por ser o "estranho".

A partir daí, o sujeito tem nova proposta de visão sobre suas ações. Ele começa a interagir com o poder se contrapondo a este ou se tornando passivo ao mesmo. Mas sempre assim foi?

Se nos reportarmos aos primórdios tempos da civilização grega fazendo um paralelo com o poder em Foucault, na sua fundamentação de que à medida que sei tenho sobre o outro o poder, para Sócrates: á medida que eu sei que nada sei, tenho sobre mim o domínio do meu próprio ser.

E Sócrates, como entendia o poder? Ele percebia como verdade a certeza de que nada sabia e que a ninguém nunca ensinara nada a não ser que não eram sábios como se supunham, não via o saber como poder sobre o outro, mas como o poder sobre si mesmo diante da premissa de nada saber e que, ao conhecer a si mesmo, se dominava.

No entanto o homem de ontem é o de hoje em uma só ação, e me respaldo em Balandier (1997, p. 269) para corroborar esta idéia:

A movimentação dos costumes mostra avanços acompanhados de recuos, ou seja, revalorizações de modelos supostamente abolidos.

Se a relação, na pós-modernidade, perpassa pelas relações individualistas dentro de um contexto social diverso, os atores da proteção da infância como os conselheiros tutelares se vêem entre dois pólos de pressão: a sociedade civil e o poder público. Investido de vigor, o poder dominante permanece em seu status de gerenciador das ações, portanto, ao se retirar do personagem conselheiro tutelar, a sua legitimidade e credibilidade de eficácia (vide as dificuldades vivenciadas ainda em muitas localidades brasileiras de até mesmo conselhos tutelares fecharem as portas por falta de condições estruturais de funcionamento), retira-se então o seu poder e, desvalorizado, se vê desacreditado. Desacreditado, se percebe só. A falta de condições estruturais faz com os conselhos e seus conselheiros sejam procurados pelos diversos segmentos sociais com desconfiança e até descrédito e ou então nem mesmo procurados por falta de informação da população e ou desconhecimento por parte das escolas que procuram o conselho com a linguagem instituída entre seus muros do que é educação, linguagem que difere muitas vezes da concepção dos conselheiros sobre o mesmo tema.

A comunicação truncada entre os atores que cercam a rede de proteção da infância traduz bem a fragmentação vivida em seu entorno. E mais, os que estão no poder, apesar da falácia de um amanhã concretizado na garantia da permanência de uma casa e de formas estáveis de sustento, não garantem a segurança nem mesmo para aqueles que se lhes assemelham e para aqueles a quem dominam, e muitas são as quedas pela ilusão nesta crença do duradouro, por ser dourado o seu discurso. Na era das incertezas nada é garantido “nenhum emprego, nenhuma posição é inteiramente segura” respalda Bauman (1998, p.35)

Meio de vida, posição social, reconhecimento da utilidade e merecimento da auto-estima podem todos desvanecer-se simultaneamente da noite para o dia e sem se perceber.  
(Bauman, 2000)

E, mais uma vez, a verbalização do se sentir só corrobora a análise de Bauman (2000) quando este reflete que os solitários por opção, na pós-modernidade e na própria modernidade, não encontram subsídios no trato com o cotidiano ou instrumentos que tornem suas paixões “realistas e seus esforços dignos de crédito”, além de um chão seguro sob seus pés onde a certeza na longevidade “possa ser guardada e preservada” (p. 48). Se os solitários opcionais assim se percebem, então aqueles que se vêem como que vitimizados por um sistema e são colocados no lugar solitário, como devem conduzir a sua história a partir de então? O relato abaixo traduz bem isto:

O que mais me incomoda neste meu trabalho é a solidão. Solidão pela impotência e pelo descrédito das pessoas. A gente sempre escuta que o conselho não funciona, que a gente não vai nos locais na hora certa, ora, nós atendemos muito, vivo fazendo hora extra. Mas a gente fica muito sozinha, não tem apoio. Todo mundo teme o conselheiro e ao mesmo tempo não respeita, e o governo não faz nada para nos ajudar a mudar o problema. (ENTREVISTA - conselheira tutelar – Sabará - 2008)

Os profissionais que lidam no cotidiano dentro destas relações humanas se angustiam, e, nos reportando a Sartre (1970, p. 236), diríamos, como ele que “Não se trata de uma angústia que levaria ao quietismo, à inação”, mas a uma angústia

simples que é “conhecida por todos os que têm responsabilidades” As ações tomadas quando envolvem o outro requerem responsabilidade para e com este, além de carregar a angústia relativa ao peso desta ação. Porém, Sartre considera que esta carga sobre seus ombros não os impede de agir, e sim mostra que através de uma infinidade de escolhas de caminhos é possível escolher um, e que este toma o patamar valorizado justamente por ter sido o eleito. E se o sujeito a quem é outorgado o dever de agir é impedido por diversas situações em seu dia a dia? A existência humana então cai aos pés do próprio engessamento da vida que lhe cerca gerando a desesperança, descrença e a percepção do só.

Ainda reportando a Sartre (1970, p. 237) uma de suas reflexões sobre o desamparo é de que este “implica sermos nós a escolher o nosso ser. O desamparo é paralelo da angústia”. O desamparo do descrédito é uma das formas de desamparar, assim como todas as outras aqui neste item enumeradas.

Nesta (des)proteção, o sujeito se vê sem saída, e a solidão se torna algo doloroso, e não apenas o estar solitário com suas reflexões no mundo que o cerca. Viver a solidão e viver na solidão, no pensamento de Pais (2006) são duas faces na interação com o mundo moderno. Segundo ele, a solidão pode ser vivenciada sozinha ou em redes sociais, e ela é uma condição permanente na vida das pessoas. Nas redes sociais a solidão pode ser interpretada como mundos de solidão e mais que, a solidão não é vivida nem em estado puro ou absoluto, ela na verdade é inerente ao homem (Pais, 2006). Solitária, por outra vez, é a situação impotente dos investigadores de tantas pesquisas como esta, e que, no entanto sem o recurso extensionista não têm mecanismos para interferir em prol deste outro, sujeitado à mesma, se colocando como um registrador de dados e análises coletadas e interpretadas ao longo dela, ou mesmo que no além disso, na percepção do sentir, dos gestos, de olhares, dos corpos que se mostram à sua frente, dos documentos lidos como história real de um outro, busca no apoio dos teóricos as respostas a estas questões sociais que fazem mexer com a alma, e ele verbaliza sua impotência e a denúncia. Valores, sentimentos relatados, analisados. Busca de um olhar pelas políticas públicas para ações que coíbam definitivamente estas vivências. Processo moroso às vezes, ações complexas pela complexidade do tema. Solidão.

Desta, forma, a violência contra a infância é um instância que demonstra a sociedade pós-moderna liquefeita carente de um poder que protegeria a infância. A educação formal ainda pautada pela necessidade de um poder disciplinar acaba sendo um lócus que afasta a infância de sua própria segurança, especialmente se este local concebe a infância como momento a partir do qual se determina a sociedade pela educação e não através da educação.

Arendt (2005) acrescenta ainda a esta discussão que há um equívoco quando a educação tem como propósito esta construção de uma nova sociedade, pois “preparar uma nova geração para um novo mundo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém chegados a sua nova oportunidade face ao novo” (Arendt, 2005). Às crianças deve-se educar para a tradição, ainda segundo esta autora, mas a sociedade líquida rechaça esta tradição (Bauman, 2001): a educação permanece sem chão.

A esperança, porém de que “não crer em nada significa algo crer” como bem o disse Bertold Brecht (1987, p.89), diante de tantas incertezas, fez claro uma certeza, de que a crença ou reprodução de um sistema caótico faz privilegiar o descaso; descaso este perante o estranho que viscoso se molda, insistente em dor, vitimizado muitas vezes e também, pela violência. A fala que se segue relata um pouco disto

Fiquei na rua e nem sei pra onde vou. Me trouxeram para cá só por que eu não quis ficar na escola e nem voltar para casa. Lá só tem tabefe, murro, véio. Eu nem ligo. Queria muito é ter casa. Mas nem ligo. Tô por minha conta, eu e Deus. Também fico aqui, e lá depois eu fujo mesmo, ninguém nota e nem fica preocupado (FALA- menina sobre o Conselho Tutelar - diário de campo - 2008)

À mim pesquisadora, no entanto, cabe ainda a comoção e a indignação, além da pergunta sobre a funcionalidade da pesquisa quando o humano se retrata frágil diante dos olhos do pesquisador. Impotência que gera a premência de fazer da pesquisa um pequeno elo entre a contribuição do entendimento e clareamento do objeto, e a reflexão de e sobre o outro (algo pelo qual vale também a pena lutar) Esta solidão persiste? Ela vitaliza as ações? Ou ela é sintoma de apenas algumas situações específicas no cotidiano dos Conselhos?

### **3. A METODOLOGIA E A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO.**

Optou-se por uma pesquisa qualitativa e de modalidade da pesquisa ação. Tomou-se o cuidado de não ceder somente ao fascínio da ação que o campo oferecia, e para tanto um grupo de leitura e discussão permanente envolvendo discentes e docentes, além da comunidade entorno dos sujeitos pesquisados, foi formado.

O lócus desta pesquisa se dá na região do bairro Barraginha, no município de Sabará em escola do município, onde no início da mesma havia exequibilidade do projeto e a facilidade de articulação com uma Organização Não-Governamental (ONG) de Sabará, devido a um trabalho que realizo há 25 anos como voluntária.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) no período de março de 2009 a fevereiro de 2010, e também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a partir de agosto de 2009 até julho de 2010. Pretende ainda prorrogação indefinida.

A ONG (Organização não governamental) NAVE- Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança se tornou parceira transformando-se em laboratório da infância para que as oficinas pudessem envolver as crianças investigadas em ações da rede social de acordo com as mesmas concepções da pesquisa. O lugar definido para a pesquisa já era bastante conhecido em seus aspectos sócio político econômicos, sendo este outro fator facilitador para a realização da pesquisa em Sabará. Assim, a Prefeitura Municipal de Sabará, e sua Secretaria Municipal de Educação se dispuseram a uma parceria com a FaE/UEMG/CBH através deste grupo de pesquisa e da parceria com o NAVE.

Este município ainda guarda traços interioranos, apesar da proximidade da cidade de Belo Horizonte, mas apresenta como característica a vulnerabilidade social dos sujeitos que traz à tona as dificuldades inerentes a situações de risco e traduz a carência econômica e afetiva em que estão envolvidos.

A partir do mês de setembro de 2008, iniciaram-se os levantamentos de dados sobre a cidade e a definição da escola municipal que se tornou parceira da pesquisa, onde foram selecionados os sujeitos da investigação. A sugestão partiu da Secretaria de Educação indicando a região do Barraginha que açambarca vários bairros em seu perímetro.



Concomitantemente, pesquisas bibliográficas e estudos teóricos dos autores que fundamentaram a pesquisa foram realizados. O caráter sociológico desta investigação deixou de lado a vertente clássica de Marx, Durkheim e Weber para a perspectiva de teóricos pós-modernos como Bauman, Boaventura Santos, Foucault e Arendt. Como recorte do conhecimento, foi proposta a reflexão sobre a violência na infância em sua relação com as instâncias do poder e este, um agente do conhecimento. A infância interpenetra estas ações como atriz e protagonista, fazendo parte de uma maquinaria de poder. Assim, um mundo em crise esteve no contexto para discussão desta pesquisa.

Em um universo de 140 crianças, 30 foram escolhidas dentro do eixo norteador estabelecido pelo grupo pelo contingente excessivo de possibilidades de escolhas que a pesquisa se viu envolvida. Os critérios adotados pela OMS (Organização mundial de saúde) sobre os tipos de violência mostrou ao grupo que na escola selecionada havia um número muito grande de sujeitos dentro do mesmo critério. O eixo serviu de norte e guia.

A violência contra a infância e juventude, complexa e ampla em suas variadas interfaces de análise, gerou então uma escolha pelos pesquisadores onde, o sujeito enclausurado perde a voz diante de sua existência com o que denominei “grito mudo”, ou seja, indignado, verbalizado, denunciado mas, não menos impotente e por consequência, ainda sem saída. Esta infância deveria ser ouvida? Buscou-se escutá-la de uma maneira oposta à social e historicamente estabelecida, a qual remete às crianças como infans, ou seja, aqueles que não têm voz, ou ainda no interior de instituições educativas, como alumni, aqueles sem luz (Kramer, 2008). Para tanto, entregou-se a palavra a quem freqüentemente não é escutado, com uma atenção voltada à percepção das entrelinhas deste discurso infantil, e foi a deambulação (Pais, 2006) o caminho escolhido. Deambular é perscrutar o outro sob um olhar integral, em uma visão de sua complexidade humana, corpo, gestos, olhares, expressões, silêncios, suspiros, falas inteiras ou entrecortadas: esta foi a ação vigente escolhida para esta pesquisa realizada e aqui exposta. Da antropologia deambular se dá em um método de laboratório e que defino me respaldando em Machado Pais

Como um processo de pesquisa em que a natureza da realidade que se busca se vai clarificando à medida que se vai desvendando ( Pais, 2006, pág: 28)

Pais, ainda completa que deambular para ele “pode reivindicar se tornar método pela amplitude a que se propõe e cumpre na pesquisa de campo”.

#### **4. DEAMBULEI.**

Toda metodologia tem inerente a si concepções bem estabelecidas que norteiam o trabalho de pesquisa (Minayo, 1997). Pelos estudos teóricos realizados durante aquele segundo semestre de 2008 juntamente com levantamento de dados através de uma pesquisa documental sobre o lócus da investigação, a partir do princípio de 2009 foi possível uma ação mais intensa neste mesmo lócus para, inicialmente, se chegar aos sujeitos da pesquisa.

As observações no lócus fundamentadas pela metodologia de deambulação proposta por Pais (2006) pôde trazer à tona as não palavras sobrecarregadas de símbolos, como entrelinhas destas: choros, posturas ensimesmadas, cabisbaixas, olhares dispersos, mãos trêmulas, corpos tensos. De acordo com Machado Pais:

As tramas da vida decifram-se através de vínculos de sentido que nos sugerem que a vida nem sempre se esconde por detrás de palavras ou de silêncios, ela também está nas palavras e nos silêncios. (Pais, 2006)

As palavras das crianças, bem como os silêncios e toda simbologia que permeiam tanto as palavras quanto os silêncios, foram analisadas pela pesquisa CONTRA – Violência na Infância na busca do discurso infantil.

Chegou-se a conclusão de que há muito ainda a caminhar. Os relatos ouvidos, os silêncios analisados, as idas e vidas do campo emocional dos comportamentos observados no laboratório da infância, as falas dos professores deste laboratório bem como dos professores da escola parceira, o ouvir dos sussurros das crianças, e das falas verbalizadas pôde-se entender que a solidão ainda não foi explicada em suas causas, mas em parte delas e não conseguimos avaliar ainda as consequências e elas existem da mesma sobre a vida desta infância vitimizada. O que suscita agora uma nova pesquisa: causas e consequências do discurso da solidão na infância vitimizada pela violência.

Das trinta crianças pesquisadas vinte e sete verbalizaram solidão. Os atores de proteção entorno por sua vez também o fizeram. O que trouxe à tona as perguntas: A solidão tomou proporções próprias e específicas de cada caso? Ela emerge como uma das sérias consequências dos processos de permanência da violência na infância? Ela se instala como companheira de quem foi vítima por toda uma vida? Ou por um período? Quais as causas que podem ter mobilizado tal discurso? O poder desmedido das políticas públicas sem conhecimento real desta infância, somente de seus direitos já garantidos? O trauma sofrido sem recurso de solução imediata? É causa a vida que se instala a mesma no cotidiano destas crianças sem possibilidade de modificação de afeto e melhores condições de vida? A falta de recursos estatais nos municípios para preservarem os direitos garantidos da infância? As redes fragmentadas por dificuldade de comunicação entre si motivam ações ineficazes no atendimento à infância e provocam o sentimento de impotência gerando o sentir-se só e solitário?

O discurso verbalizado e ou identificado em suas diferentes formas fez emergir o que necessitava emergir, e veio como fala de solidão.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Durante o percurso percorrido, questionou-se como é possível trabalhar a dignidade do outro, e se esta estava no desejo consciente de conquista sobre este outro? Fundamentou-se no entanto, na compreensão da ação da pesquisa como um local de semeadura, onde as ações foram percebidas pelos próprios pesquisadores e atores sociais como uma ferramenta para que esta dignidade fosse alcançada pela percepção do próprio sujeito. Viu-se então que a criança poderia criar outro entendimento de si mesma fora ou em paralelo da concepção de infância imposta pela escola e por outros redutos sociais. Seu discurso de solidão foi verbalizado, mas sentiu-se pelas proposta das oficinas ministradas no laboratório da infância mais segura e com uma luz no fim do túnel.

Desta maneira, percebeu-se a necessidade da continuidade desta proposta com novas maneiras de analisar não só a alteração do discurso, mas a prática e a função social desta mudança ocorrida, ou a prática discursiva de Foucault, bem como a discussão sobre as concepções de infância e educação com outros atores sociais que fazem parte da rede, e que poderão vir a envolver a infância vulnerável a partir

de fundamentos já estabelecidos pela postura acadêmica e ou cultural social. Viu-se que o discurso da solidão ainda é uma tarefa em muito a ser analisada.

Entendeu-se também a necessidade de se estabelecer e consolidar novos núcleos e linhas de pesquisa de modo que se tornem referências institucionais com que alunos e professores possam identificar e aliar interesses acadêmicos. Assim, a importância de um núcleo que conjugasse várias instâncias de estudos sobre a infância no interior da FaE/UEMG/CBH se fez presente de modo que se finalizou esta pesquisa com um projeto de criação do Núcleo de Pesquisa, qual seja identificado como “Núcleo da Infância: concepções, direitos, violações e redes de proteção”.

Como esta pesquisa tem o projeto de se tornar um programa de longa data pelos resultados obtidos até então com a criação de um Núcleo da infância, a continuidade ficaria abrigada por uma linha de estudo mais adequada para união docente e discente, de modo a se manter como constitutiva da formação de professores e das discussões científicas sobre educação e infância, da mesma forma que o foi para todos que puderam participar da investigação. Mas é especialmente pelas crianças vitimizadas pela violência que se fazem necessários estudos e ações deste porte. Ainda há entretanto, muito a caminhar pelos caminhos onde a solidão se instalou como companheira e escudo.